

O gigante acorrentado

OTTO LARA RESENDE

Q. GLOBO

"Laissons sur cette affaire s'épaissir les ombres de la prescription et de l'oubli."

Paul Claudel

Não é preciso ser candidato a Presidente, nem sequer ver e ouvir o programa eleitoral, para saber que o Brasil está atormentado pela sua imensa dívida externa. Há alguns anos, não se fala noutra coisa. Por mais alienado ou leigo que seja, qualquer brasileiro tem notícia de que é preciso, senão resolver, ao menos equacionar o problema da nossa dívida externa. No momento em que escrevo, leio que o Brasil deve um pouco mais de 112 bilhões de dólares.

Não fosse a condição de grande devedor em moeda forte e o Brasil não apareceria no noticiário internacional. De uns tempos para cá, a dívida juntou-se a consciência ecológica que é hoje uma preocupação universal. Na cabeça de um sueco ou de um americano, ou de qualquer cidadão do mundo desenvolvido, o Brasil não passa de uma imensa floresta tropical atolada numa vasta dívida externa.

Ainda agora, o Ministro da Fazenda mais uma vez foi bater na porta dos banqueiros, em Nova York, para explicar por que o Brasil se vê na obrigação de não pagar em dia US\$ 1,6 bilhão, ou, de maneira graficamente mais visível, um bilhão e seiscentos milhões de dólares — só de juro! Segundo o correspondente do GLOBO, os banqueiros, sujeitos de bom coração, demonstraram "forte compreensão" para com os nossos motivos.

Registre-se de passagem que deve haver uma escala de compreensão para a dívida, como há a escala Richter para medir os tremores de terra. A escala será de autoria dos próprios banqueiros, ou quem sabe do FMI. Pode-se presumir que o forte grau de compreensão hoje seja em parte consequência do período pré-eleitoral que estamos vivendo. Passado o 15 de novembro, o nível compreensivo pode baixar a médio, ou a fraco.

Quando um problema se torna tão grave a ponto de preocupar o mundo (financeiro) e atravancar o futuro de uma nação, é natural que deixe de ser matéria de especialistas e se torne assunto de interesse geral. Se a dívida nos chateia a todos, a começar pela obsessiva presença no noticiário, todos temos o direito de dar o nosso palpite. Da minha parte, abro mão da minha palpito-logia para mais uma vez mencionar aqui "a arte de pagar dívida". O título não é meu, como também não é minha a ideia. São de Paul Claudel, num texto que escreveu em 1936 e que no original se chama "L'art de payer ses dettes". Os homens práticos, entre os quais estarão alguns economistas, poderão torcer o nariz diante de Claudel, pela sua condição de poeta.

Poeta e filósofo ganharam uma conotação pejorativa no mundo dos negócios. São pessoas que vivem no mundo da lua, que passam a vida a ouvir estrelas ou a fazer cálculos sem pé nem cabeça. Está claro que discordo desta visão e, tivesse eu espaço, trataria de demonstrar quanto a humanidade deve, em termos absolutamente pragmáticos, à intuição dos poetas e à especulação dos filósofos.

Um espírito desavisado poderá supor que os assuntos culturais, ou litero-poéticos, viçam em primeiro lugar entre as preocupações do diplomata Paul Claudel. Nada disto. Voltado para os interesses financeiros e econômicos, Claudel se tornou perito em negociações comerciais e bancárias do interesse da França. Distinguiu-se de tal forma, nos vários países por que passou, a começar pelo Brasil, onde foi ministro plenipotenciário durante a guerra de 1914, que chegou a ser respeitado e conhecido como "un économiste hors pair", ou seja, um economista sem igual.

O poeta começou a carreira de diplomata no Japão, em 1894. Tomou-se de grande admiração pelo povo japonês, que atravessava então um período de extrema dificuldade. Um ovo era tão raro, ou mais, do que uma pérola. Meninas se prostituíam por um prato de arroz. Pais vendiam os filhos por dez réis de mel coado. A miséria nas grandes cidades, a começar por Tóquio, era absoluta, clamorosa. Tendo vivido até 1955, Claudel pôde ver o reerguimento do Japão e o saudou como grande potência futura.

Em 1927, Claudel foi ser embaixador em Washington. Apresentou credenciais ao Pre-

sidente Coolidge, que alimentava em alto grau o preconceito contra os poetas. Não lhes dava nem fraca, nem forte compreensão. Simplesmente os detestava. Coolidge manifestou sua antipatia por Claudel logo na primeira audiência. Mas felizmente os presidentes não são eternos. Depois de Coolidge veio Roosevelt — e veio num momento difícil, logo depois do dia negro da Bolsa de Nova York e ainda em plena crise econômica.

Pois aí é que o poeta Paul Claudel nadou de braçada. Lá permaneceu em Washington por seis anos, durante os quais teve uma preocupação diária: a dívida externa da França. Já se apoiava naquela altura em larga experiência, que ia de um extremo a outro, do Oriente ao Ocidente, do Brasil tropical à chuvosa Bélgica. Depois de aposentado, Claudel continuou poeta, claro, e sua glória literária ofuscou os seus feitos diplomáticos. Livre das inibições impostas pela carreira, o poeta muitas vezes referiu-se à sua vida profissional e sempre fez questão de dizer quantos serviços tinha prestado à França no campo econômico-financeiro.

Data dessa época a sua "arte de pagar dívidas". Não é fácil dar aqui um resumo do pensamento e da ação de Claudel. Um humorista francês disse certa vez que pagar dívida dá azar. Sem ser humorista, muito pelo contrário, mas profundamente dotado do senso francês do dinheiro e até, por que não?, da avareza, Paul Claudel disse mais ou menos a mesma coisa, só que a sério. E ilustrou a sua tese com numerosos exemplos. Conforme está dito e redito no texto claudeliano, nunca, em tempo algum, jamais nenhuma nação devedora pagou a qualquer nação credora. **Jamais de la vie!**

Para falar apenas de exemplos mais eloquentes, foi o que aconteceu com a França depois das guerras napoleônicas. O francês está longe de ser um mão-aberta, mas seguiu no caso o Padre-Nosso, isto é, perdoou todas as dívidas, em favor de uma boa e saudável relação com as nações devedoras. A Grã-Bretanha lançou em **Lucros & Perdas** as pesadas indenizações resultantes da guerra de 1914. A Alemanha não pagou um tostão e partiu para nova guerra, ainda mais feroz.

Os Estados Unidos levaram 40 anos para acertar um acordo com a França, credora incontestada de uma forte soma que ajudou a Independência. Além do dinheiro, a França mandou aos Estados Unidos o grande La Fayette. Pois bem. Hoover concordou com uma moratória de um ano, quando os americanos se tornaram credores da França. A proposta foi à Assembleia e a maioria maciça de 402 deputados votou contra qualquer pagamento. O Presidente do Conselho, Edouard Herriot, aceitou a decisão do Parlamento.

A esta altura, o leitor tem o direito de concluir que o poeta pregava simplesmente o calote. Será esta a forma chula de reduzir sofisticadas negociações bilaterais a uma expressão popular. Aliás, não sei de onde vem a palavra **calote**, que entrou em nossa língua como gíria. É provável que Claudel, em suas altas conversas com Roosevelt, citando Keynes, levasse a intenção secreta de **faire un poof**, como também é possível que Roosevelt, por seu lado, tivesse consciência de que o embaixador francês, em matéria de dívida, só pensava em **to cheat**.

Mas voltemos ao Brasil, que o mesmo Claudel chamava de "ce géant qui se tient au seuil d'immenses destinées". Mesmo sem ser economista, todo brasileiro sabe hoje que os títulos da nossa dívida estão sendo vendidos no mercado secundário a preços muito mais baixos, quase irrisórios. De há muito se fala numa eventual auditoria, que pode começar com um provérbio citado por Claudel: "plaie d'argent n'est pas mortelle", isto é, praga de dinheiro não mata. Aqui dizemos que praga de urubu também não mata, mas o Brasil está pedindo desculpas por ter pago só de juros até agora 80 bilhões de dólares. Arre, que é ser honesto demais! Ou, quem sabe, apenas otário. Assim este gigante jamais passará do limiar de seu grande destino. Ou, adormecido, só terá pesadelos...